

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

Aprouva da POC Hócio  
12 VOTOS a favor - CDU  
9 VOTOS Contra - PS  
1 VOTO a favor - BE

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2019

ATA Nº 04

Sessão de 20.12.19  
A Mesa  
M. António P. Mendes

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Primeira Secretária da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, Segundo Secretário da Mesa e os Membros Serafim António Martins Inocêncio, Manuel Fernando da Silva Rocha, António José Freitas Grilo, José Manuel Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho, Luzia Maria Carvalho Maurício, Gonçalo José Neto Nunes, Baltasar Flávio da Silva (em regime de substituição), Rui Damião Conceição da Silva, João Luís Campos Guerreiro, António João Bragança Birra (em regime de substituição), Pedro Miguel Coelho Marrilhas, Célia Fernanda Batista Freitas (em regime de substituição), Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Filomeno Herlander Vieira Braz, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Ana Helena Carvalho da Silva, Tânia dos Anjos Gamboias Coelho (em regime de substituição do Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de Freguesia de Torrão, Deolinda da Conceição de Oliveira Florêncio, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram também Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus (Vice-Presidente), Nuno Miguel Besugo Pestana, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Gabriel Afonso Leal Geraldo e Mara Eloisa Pimentas Marques.

Verificou-se a ausência dos Deputados Maria Antónia Foito Crespo, Ana Maria Tomás Canaño Guerreiro, Mafalda Sofia da Conceição Panoias e Arlindo José Paulino de Passos (Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

Pelas vinte horas e quarenta minutos, após ter sido efetuada pela Primeira Secretária a respetiva chamada, verificou-se a existência de quórum, pelo que a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA \_\_\_\_\_

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

36 A Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e informou que o Deputado  
37 José Manuel Ramos Correia tinha renunciado ao mandato e, assim, iria dar a posse ao cidadão  
38 Pedro Miguel Coelho Marrilhas.

39 A Presidente da Assembleia deu posse ao Deputado Pedro Miguel Coelho Marrilhas.

40

41 A Primeira Secretária da Mesa, Maria de Fátima Leite fez a leitura da Ata do Termo de Posse do  
42 Deputado Pedro Miguel Coelho Marrilhas.

43

44 A Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do  
45 resumo da correspondência.

### 46 **1 – Expediente.**

47 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência recebida, no período de  
48 26 de abril de 2019 a 27 de junho de 2019, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando a  
49 correspondência arquivada em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

50

51 A Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa uma Recomendação e uma  
52 Moção.

53

54 - Recomendação – (*Recomendação Sobre a Resposta às Alterações Climáticas*), apresentada pelo  
55 Deputado do BE;

56

57 - Moção “A” (*Substituição da Cobertura de Amianto do Edifício Sede do Agrupamento de Escolas*  
58 *do Torrão*), apresentada pelos Deputados do PS;

59

60 A Presidente da Assembleia disse que a Recomendação estava prevista no Regimento da  
61 Assembleia Municipal, mas, dado que a mesma estava dirigida à Assembleia Municipal, iria colocar  
62 à consideração do plenário.

63

64 A Deputada Luzia Carvalho disse que a questão das alterações climáticas era bastante pertinente,  
65 senão mesmo a mais grave do século, pois era uma catástrofe anunciada; assim, as medidas  
66 teriam de ser proporcionais à sua dimensão e não simplesmente a nível concelhio, de âmbito  
67 municipal, nem tão pouco regional. As medidas terão de ser proporcionais: os governos de cada  
68 país terão de adotar medidas de forma firme e terão de as coordenar entre si, mas a  
69 participação de cada um de nós, enquanto cidadãos, com atitudes e comportamentos, poderá  
70 contribuir para essa mudança. Só com a coordenação de todos se conseguirá minimizar os  
71 estragos que já foram causados.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

72 A Deputada referiu que a Recomendação fará sentido se for enquadrada nas respostas que os  
73 governos terão de dar nesta matéria e que a Câmara Municipal não deixará de se associar quando  
74 essas medidas forem implementadas. Concluiu dizendo que a Recomendação era extemporânea e  
75 sugeriu que se corrigisse o parágrafo onde se fazia referência à Assembleia Municipal como um  
76 todo, porque, pelas razões que tinha enunciado, a bancada da CDU não se revia na forma como a  
77 Recomendação estava direcionada.

78 O Deputado António Grilo disse que subscreviam na íntegra o que era a Recomendação  
79 apresentada pelo BE. A problemática das alterações climáticas era demasiado grave para se  
80 entregar a solução somente nas mãos de alguns e todos, enquanto cidadãos, podem dar o seu  
81 contributo e, assim, seguramente se contribuirá mais facilmente para uma solução. Sendo que  
82 Alcácer do Sal deverá - e tal como diz a Recomendação - definir a sua própria estratégia municipal,  
83 deu como o exemplo o rio Sado, que era influenciado diretamente pelas alterações climáticas.  
84 Declarou que se deveriam lançar os primeiros alertas e as primeiras estratégias necessárias para  
85 pressionar os governos e referiu ainda os problemas da seca. Terminou dizendo que subscreviam  
86 na íntegra o que tinha sido exposto e, se eventualmente a restante Assembleia Municipal se  
87 demitisse desta recomendação, faziam questão de ver o grupo do PS representado.

88 O Deputado Filomeno Braz referiu que a sugestão da Deputada Luzia Carvalho era uma questão  
89 que poderia ter sido resolvida, uma vez que a Recomendação tinha sido enviada antes.  
90 Relativamente à alteração de parágrafo sugerida pela Deputada, não entendeu qual a alteração  
91 pretendida.

92 A Deputada Luzia Carvalho esclareceu que sugeriam que, quando a Recomendação se refere à  
93 Assembleia Municipal como um todo, deveria identificar quais os grupos municipais que  
94 recomenda, sendo que a bancada da CDU não deixará de intervir nesta matéria e fazer  
95 recomendações a quem de direito.

96 O Deputado Filomeno Braz disse que não tinha problemas em alterar o parágrafo e colocar os  
97 vários grupos parlamentares e que, à escala municipal, se poderiam tomar medidas relativamente  
98 ao problema em discussão.

99 A Presidente da Assembleia disse que a mesa sugeria que na próxima sessão a retificação fosse  
100 feita de acordo com o sugerido, ou seja, o Grupo Municipal do BE e não a Assembleia Municipal.

101 O Deputado Serafim Inocêncio disse que era um tema que mobilizava todos, incluído os mais  
102 jovens, e referiu a manifestação que estes organizaram contra as alterações climáticas. Sendo um  
103 tema nacional e mundial, não deixava de ser também um tema concelhio e o importante era o  
104 conteúdo da Recomendação e não quem a recomendava.

105 O Deputado Rui Silva disse que era um tema que tocava a todos e estava presente diariamente no  
106 concelho, referindo a ponte de Rio Mourinho, que quando se encontrava a descoberto mostrava o  
107 problema da seca que afetava principalmente o Alentejo. Referiu que a Deputada Luzia Carvalho  
108 queria empurrar a responsabilidade para o governo, mas a responsabilidade era de todos. O que  
109 estava na mesa era uma Recomendação para se executar uma estratégia a nível municipal.  
110 Acrescentou que as alterações climáticas eram um problema que afetava a todos, eram galopantes  
111 e o que for feito agora, peca por tardio.

112 A Presidente da Assembleia questionou o Deputado Filomeno Braz se o mesmo iria alterar a  
113 Recomendação.

114 O Deputado Filomeno Braz disse que iria ficar para a próxima sessão.  
115

116 A Presidente da Assembleia esclareceu que o tempo a leitura das Moções era descontado no  
117 tempo de intervenção atribuído a cada bancada.  
118

119 A Moção “A” (*Substituição da Cobertura de Amianto do Edifício Sede do Agrupamento de Escolas*  
120 *do Torrão*), apresentada pelos Deputados do PS, foi lida pelo Presidente da Junta de Freguesia do  
121 Torrão, Hélder Montinho e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata,  
122 da mesma fazendo parte integrante.  
123

124 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “A” a discussão.  
125

126 **Intervenções:**

127 O Deputado José Balona disse que a Moção deveria ser antes uma Congratulação para votar;  
128 assim não iriam votar a favor. O Deputado referiu que o conteúdo da Moção era a congratulação de  
129 uma obra efetuada pelo Ministério da Educação e que nunca tinha sido feita nenhuma  
130 congratulação de obras efetuadas pelo município relativamente ao amianto, e deu como exemplo a  
131 retirada do amianto do Mercado Municipal e que este, brevemente, iria ser retirado do edifício da  
132 Oficina da Criança. Salientou que o Município ia efetuando as obras à medida do seu orçamento e  
133 que o Ministério da Educação não estava a ser sensível relativamente à Escola Básica Pedro  
134 Nunes, sendo que há alguns anos que a mesma necessitava de obras e que, relativamente ao  
135 Mercado do Torrão, este já estava referenciado para ser retirado o amianto da sua cobertura. O  
136 Deputado José Balona deixou um repto à Bancada do PS no sentido de reivindicarem as obras na  
137 Escola Básica Pedro Nunes junto do Ministério da Educação e que, aí, votariam favoravelmente.

138 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Hélder Montinho referiu que a Bancada da CDU  
139 estava a ser intransigente, pois tinha sido proposto à CIMAL que o Município entrasse com 7.5%, o

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

140 governo também com 7.5% e o restante seria de fundos comunitários, e essa proposta não tinha  
141 sido aceite pela CIMAL. Disse que tinham ido junto do Ministério da Educação e tinham conseguido  
142 que o amianto fosse retirado; concluiu dizendo que, se a Bancada da CDU não votasse  
143 favoravelmente a Moção, era de muito mau tom, pois não estava a ter em conta a população do  
144 Torrão.

145 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que o Deputado José Balona estava equivocado  
146 relativamente à questão das moções, sendo que cada um apresentava aquilo que queria. Defendeu  
147 que o que estava a ser discutido era uma Moção e teria de ser votada como tal. Relativamente à  
148 questão da Escola Básica Pedro Nunes, declarou que era uma questão que tinha a ver com a  
149 educação, sendo responsabilidade de todos.

150 O Deputado Filomeno Braz disse que a intervenção do Deputado José Balona tinha sido  
151 contraditória, pois por um lado apoiava a iniciativa, mas depois referia outras situações que seriam  
152 resolvidas quando existisse verba e assim questionou se existia uma data para a retirada de  
153 amianto no mercado do Torrão. Terminou dizendo que era uma Moção e só teriam de votá-la,  
154 independentemente do sentido de voto.

155 O Deputado Manuel Rocha disse que uma Moção era apresentada de acordo com a posição de  
156 cada grupo. Relativamente à Moção em questão, pecava por tardia, já que a utilização e a  
157 comercialização do amianto tinham sido proibidas há cerca de catorze anos. Terminou dizendo que  
158 não entendia o porquê de se agradecer ao governo, quando o mesmo só estava a exercer as suas  
159 competências.

160 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que era mais fácil atirar-se pedras ao governo do que fazer-  
161 se as coisas e não conseguia entender o porquê de não se perceber a Moção apresentada como  
162 tal.

163 O Deputado António Grilo disse que existiam municípios que recuperavam edifícios nacionais que  
164 são responsabilidade dos ministérios ou direções regionais e que os colocavam ao serviço das  
165 populações, mas isso aqui não acontecia, pois acusava-se o governo de não o fazer e quem sofre  
166 são as populações.

167 O Deputado Ricardo Campos recordou que nas suas intervenções o Presidente da Junta de  
168 Freguesia do Torrão e o Deputado António Grilo referiram que tinham de ser todos a colaborar e  
169 que, no caso do município, este deveria, através da CIMAL, ter custeado em 7.5% a despesa da  
170 retirada do amianto da escola do Torrão. Questionou o porquê de o governo não entrar com 50%  
171 do custo da retirada do amianto dos edifícios municipais, neste caso da Oficina da Criança, pois  
172 apesar de ser uma obra financiada pelos fundos comunitários, o município terá de pagar 15% do  
173 valor da obra.

174 O Deputado Serafim Inocêncio referiu a intervenção do Deputado Ricardo Campos e disse que se  
175 fosse assim, então ninguém fazia nada.

176 O Deputado José Balona disse que o PS esteve oito anos como executivo e que não tinha feito  
177 nada para resolver a questão do amianto na escola do Torrão.

178 O Deputado Ricardo Campos referiu que a percentagem financiada nada tinha a ver com o que o  
179 dono da obra teria de pagar.  
180

181 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “A” a votação.

182 **Deliberação: Proposta rejeitada com 13 votos contra da CDU, 10 votos a favor do PS e 1 voto a**  
183 **favor do BE.**  
184

### 185 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO**

---

186  
187 O Deputado Serafim Inocêncio questionou se os abrigos para passageiros em Albergaria e Castelo  
188 Ventoso iriam ser construídos, uma vez que tinha sido referido que os mesmos iriam ser feitos  
189 aquando da conclusão das obras no IC1. Referiu ainda que o acesso a Foros de Albergaria não  
190 tinha sido reparado aquando das obras no IC1 e questionou o porquê. Mencionou a vacinação  
191 antirrábica e, como não tinha conhecimento da existência de editais ou de calendarização da  
192 mesma, perguntou se a vacinação vai ocorrer, pois terá de ser feita até ao fim do primeiro  
193 semestre. O Deputado referiu ainda as bermas entre o IC1 e os Foros de Albergaria e perguntou  
194 para quando a limpeza destas e também das ruas de Foros de Albergaria.

195 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Hélder Montinho referiu a ETAR do Torrão e,  
196 apesar de saber que a responsabilidade da mesma é da AGDA, questionou o executivo se tinha  
197 conhecimento que a água que saía da ETAR para a Barragem de Vale de Gaio tinha mau cheiro e  
198 que estavam a aparecer peixes mortos.

199 O Deputado Rui Silva referiu a situação do estacionamento abusivo na cidade, a circulação  
200 automóvel e o estacionamento na Rua Direita, que considerava um problema grave dado tratar-se  
201 de uma via pedonal e propôs haver mais sinalética e também uma recomendação à GNR para  
202 evitar estas situações. Referiu ainda a circulação de bicicletas a pedal na marginal, sendo que por  
203 vezes as pessoas tinham de desviar-se das mesmas e propôs que se criasse um corredor que  
204 incluísse uma zona para pedestres e outra ciclável.

205 O Deputado António Grilo questionou se o executivo estava a dar o apoio necessário à família do  
206 falecido funcionário Manuel Baião, que tinha falecido na sequência de um acidente de trabalho.

207 O Deputado Manuel Rocha questionou acerca da situação da SIV e se a mesma já tinha luz verde  
208 para vir para o concelho, e sobre a situação da falta de profissionais no Litoral Alentejano. O

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

209 Deputado referiu ainda a Lei de Bases da Saúde, nomeadamente a questão das taxas  
210 moderadoras. Mencionou que as obras do IC1 ainda não estavam concluídas, tal como afirmado  
211 pelo Deputado Serafim Inocêncio, pois o percurso entre Palma e Alcácer ainda estava por fazer;  
212 acrescentou que a Comissão de Utentes do IC1 tinha tido uma reunião com o Secretário de Estado  
213 e que tinham analisado a situação da estrada entre Alcácer do Sal e o Torrão e a ausência de  
214 bermas na estrada da Comporta. O Deputado concluiu questionando o Presidente da Câmara  
215 acerca da reunião que tinha com o Ministro das Infraestruturas.

216 O Deputado Jacinto Vinagre congratulou o executivo municipal relativamente à PIMEL 2019 e deu  
217 também os parabéns às várias associações que se associarem à PIMEL e a todos os funcionários  
218 da Câmara Municipal. O Deputado realçou o espaço envolvente à PIMEL, pois todo ele tinha sido  
219 melhorado. Elogiou ainda a jovem artista alcacerense, Jéssica Pina. Terminou dizendo que, após  
220 as obras de beneficiação daquele espaço, a PIMEL será um sucesso ainda maior.

221 O Deputado Filomeno Braz questionou se os serviços municipais continuam a utilizar glifosato na  
222 erradicação de ervas daninhas. Mencionou o abate de árvores pelos serviços e questionou se  
223 existia algum plano de substituição das mesmas. Perguntou ainda se o município tinha algum plano  
224 para rebaixamento de passeios, nomeadamente nas passadeiras, para as pessoas com  
225 dificuldades motoras e carrinhos de bebés.

226 A Deputada Ana Helena Carvalho referiu as ervas que existem na Rua Direita e que alguns sítios  
227 pareciam jardins, questionando o executivo para quando a resolução da situação.

228 O Presidente da Câmara disse que em relação ao IC1 existia uma situação grave que teria de ser  
229 corrigida e já tinham chamado a atenção para essa questão, que era um traço contínuo que  
230 impedia quem se deslocava de sul para norte de virar para os restaurantes e também para as  
231 bombas de gasolina. Em relação à questão levantada pelo Deputado Serafim Inocêncio, referiu que  
232 a mesma não estava identificada, mas que iria tomar nota.

233 Relativamente à reunião com o Ministro das Infraestruturas, disse que era um Ministro que estava  
234 há pouco tempo com aquela pasta e que lhe tinha exposto as questões que se prendem com o  
235 Litoral Alentejano, nomeadamente a rodovia e a ferrovia, e a necessidade de os comboios voltarem  
236 a passar por Alcácer do Sal. Disse que a análise feita pelo Ministro tinha sido muito crítica e quase  
237 dava para perguntar o que o seu antecessor lá tinha estado a fazer. Tinham tido a oportunidade de  
238 falar de cada município, sendo que de alguns assuntos o Ministro não tinha conhecimento ou não  
239 percebia, o que era normal, pois era a primeira vez que estava a ter conhecimento dos mesmos.  
240 Referiu ainda que o Ministro tinha pedido que fizessem uma listagem das prioridades.

241 Relativamente à PIMEL, o Presidente da Câmara agradeceu e disse que era de todos.

242 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que, relativamente às ervas daninhas, o município aplicava  
243 somente produtos licenciados para aplicação em espaços públicos, no entanto estavam a efetuar  
244 um plano para se encontrar novas soluções. Grande parte das ervas eram retiradas,  
245 mecanicamente com roçadoras, mas ainda utilizavam alguns produtos químicos licenciados para  
246 tal.

247 A Vereadora Ana Luísa Soares referiu a situação da ETAR do Torrão e disse que tinha tido  
248 conhecimento da mesma pela manhã. Era uma situação que não era nova, já tinha havido uma  
249 intervenção por parte da AGDA em 2017, mas tinha sido mínima e insuficiente para colocar em  
250 pleno o seu funcionamento. Vinham alertando a AGDA para a situação, uma vez que o município  
251 estava a pagar o saneamento da população do Torrão, e também já tinha alertado o Administração  
252 Central e a APA, que é a entidade fiscalizadora deste tipo de infraestruturas. Relativamente à  
253 questão colocada pelo Deputado Serafim Inocêncio, a Vereadora disse que, sendo uma estrada  
254 nacional, teriam de pedir licença para os abrigos de passageiros e o processo já estava a decorrer.  
255 Quanto à limpeza das bermas nos Foros de Albergaria, já estava agendada.

256 O Vereador Nuno Pestana disse que, relativamente ao falecimento do funcionário Manuel Baião, o  
257 Município tinha apoiado a família desde o primeiro momento e que, após a sua morte, tinha-se  
258 continuado a apoiar a família. Neste momento os contactos que existiam eram entre a família e a  
259 seguradora.

260 O Vereador Manuel Vítor disse que, relativamente à vacinação antirrábica, tinha sido contactada a  
261 Direção-Geral de Veterinária no sentido de se colaborar como nos anos anteriores; assim, a  
262 vacinação será feita nos mesmos moldes de anos anteriores, não em junho, mas um pouco mais  
263 tarde. Relativamente às questões de mobilidade, o Vereador referiu que a cidade, por ser muito  
264 antiga, tinha vários constrangimentos. Esclareceu que foi feito um levantamento sobre a questão e  
265 ir-se-á, pouco a pouco, corrigindo algumas situações, sendo que também estava em estudo o  
266 acesso aos edifícios municipais por pessoas com mobilidade reduzida. Em relação à convivência  
267 dos pedestres com os ciclistas na marginal, e também ao estacionamento abusivo, o Vereador  
268 disse que iria ver junto das forças de segurança no sentido de existir um maior controle, mas tinha  
269 de se ter em conta a falta de efetivos e de meios da GNR.

270 O Deputado António Grilo disse, a propósito do estacionamento abusivo na Rua Direita, que  
271 deveriam criar um horário para cargas e descargas quando não existissem pessoas a circular na  
272 rua. O Deputado referiu a linha férrea e disse que em fevereiro, na Assembleia da CIMAL, o tema  
273 tinha sido abordado e o Presidente da Câmara tinha dito que a prioridade seria o nó entre Sines e  
274 Grândola; agora ouvia um discurso completamente diferente por parte do Presidente da Câmara e,  
275 assim, questionou quais são realmente as prioridades.



---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

276 O Deputado Gonçalo Nunes referiu que, há dois anos, o Executivo tinha lançado um comunicado  
277 na Freguesia da Comporta onde se congratulava com o início das obras da ETAR que, até então,  
278 não tinham arrancado e questionou para quando a construção da ETAR da Comporta.

279 O Deputado Serafim Inocêncio referiu a fossa de Albergaria, que estava a canal aberto e quando  
280 não era despejada, ia em direção a um açude, sendo que o município deveria assumir a  
281 responsabilidade da mesma.

282 O Deputado Jacinto Vinagre declarou que a Comissão de Utentes do IC1 tinha sido recebida pelo  
283 Secretário de Estado das Infraestruturas e tinham debatido o problema da má sinalização do IC1,  
284 além de terem referido ainda a estrada da Comporta e do Torrão e a questão da ferrovia. O  
285 Secretário de Estado disse que estava há pouco tempo no cargo e que não tinha conhecimento das  
286 questões apresentadas.

287 O Deputado Serafim Inocêncio referiu a rodovia e disse que, em relação aos autocarros, os  
288 expressos que vinham de Lisboa só paravam em Grândola e deveria de existir uma pressão da  
289 autarquia e da Comissão de Utentes sobre esta questão.

290 O Deputado Manuel Rocha referiu que essa questão também tinha sido colocada ao Secretário de  
291 Estado, sendo que o mesmo, como estava há pouco em funções, mostrou um total  
292 desconhecimento das questões apresentadas, apesar de algumas delas já terem cerca de dez  
293 anos.

294 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que a Assembleia Municipal, como órgão deliberativo,  
295 também deveria tomar posição acerca das questões apresentadas, nomeadamente sobre a ferrovia  
296 e a rodovia, como, por exemplo, a questão dos passes sociais.

297 O Deputado Manuel Rocha referiu que a Comissão de Utentes do IC1 era um movimento de  
298 cidadania e não de um partido.

299 O Presidente da Câmara referiu que a ferrovia, nomeadamente o troço entre Sines e Grândola, era  
300 uma necessidade para a ferrovia com velocidade elevada para o transporte de mercadorias,  
301 nomeadamente contentores, sendo por isso uma prioridade eletrificar a linha, o que deveria ser  
302 concretizado com o programa 2020. Afirmou que existe uma extensão previsível para o terminal de  
303 contentores e estava em aberto pelo Estado português a capacidade de encontrar um novo  
304 concessionário para o terminal Vasco da Gama e a sua expansão. Relativamente ao comboio de  
305 passageiros, o Presidente da Câmara disse que deveria aproveitar-se a linha do sul, que vinha da  
306 Funcheira, para que possa atravessar os municípios do Litoral Alentejano e referiu que esta linha  
307 deve ser distinta.

308 O Presidente da Câmara aludiu à ETAR da Comporta e esclareceu que o primeiro concurso de  
309 adjudicação da obra tinha ficado vazio. A autarquia já tinha dado garantias à AGDA de que a

310 Herdade da Comporta iria ceder o terreno para a ETAR e a AGDA calculava assinar dentro de dois  
311 meses o contrato de adjudicação da obra. O Presidente salientou ainda que, de momento, a  
312 construção de ETAR'S não tinha financiamento do programa de fundos comunitários, mas estavam  
313 identificadas as necessidades, sendo a ETAR de Foros de Albergaria uma delas.

314 O Presidente da Câmara referiu a questão dos passes sociais e disse que iria nessa noite à  
315 Assembleia Municipal uma proposta da Câmara para delegação de competências na CIMAL, sendo  
316 que a CIMAL já tinha efetuado várias reuniões com o operador - neste caso a Rodoviária - e tinha-  
317 se chegado a um consenso relativamente aos valores, sendo que os mesmos não ultrapassariam  
318 os quarenta euros. Numa primeira fase seria somente entre os municípios do Litoral Alentejano; a  
319 segunda fase seria com a Área Metropolitana de Lisboa, correspondendo aos passes em linha,  
320 sobretudo Lisboa e Setúbal.

321

## 322 **ORDEM DO DIA**

---

323

324 ***01 - Análise e conhecimento da informação referente ao Relatório de Gestão e Contas de 2018 da***  
325 ***CIMAL (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral);***

326 **Tomado Conhecimento.**

327 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
328 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

329

330 ***02 - Análise e votação da proposta referente à transferência de competências para as autarquias***  
331 ***locais – transporte de passageiros em vias navegáveis interiores, quer de carácter turístico, quer do***  
332 ***serviço público regular; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 23/05/2019)***

333 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

334 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

### 335 **Intervenções:**

336 O Deputado Filomeno Braz disse que iria votar favoravelmente a proposta, mas que a delegação  
337 de competências iria entrar em vigor - era inevitável. Poder-se-ia atrasar o processo e, como já  
338 tinha referido em algumas sessões, a autarquia deveria fazer um estudo sério sobre as  
339 consequências da transferência de competências para os municípios, para mais tarde não ter  
340 surpresas desagradáveis.

341 O Deputado António Grilo disse que já tinham apresentado argumentos em sessões anteriores e  
342 iriam ser coerentes e votar contra a proposta. Salientou que existia transporte turístico de  
343 passageiros e que poderiam ser regulados pelo município. Concluiu dizendo que deveria estudar-  
344 se os dossiers sobre a questão apresentada.

345 O Presidente da Câmara disse que o transporte turístico de passageiros que existia era do domínio  
346 privado e não do domínio público, que era o que se estava a discutir.

347 Quanto à intervenção do Deputado Filomeno Braz, o Presidente disse que deveriam realmente  
348 estar preparados para 2021, pois a partir daí a transferência de competências seria obrigatória para  
349 todos os municípios, embora em 2019 e 2020 ainda pudessem recusar. Referiu ainda que grande  
350 parte dos municípios estava a rejeitar a transferência de competências e deu como exemplo Vila  
351 Nova de Gaia, que era um município socialista. Referiu ainda que, relativamente aos encargos com  
352 a educação, os números adiantados pelo Governo ficavam muito aquém dos valores reais e se não  
353 fossem alteradas as premissas, seria muito grave para muitos municípios.

354 O Deputado Rui Silva questionou o Presidente da Câmara acerca do transporte turístico público e  
355 privado. Acrescentou que o município fazia esse tipo de serviço e deu como exemplo os galeões do  
356 Sado e outros operadores sediados no concelho que utilizavam a via fluvial para fazer transporte  
357 de passageiros. Terminou dizendo que o Executivo mostrava falta de estratégia relativamente à  
358 transferência de competências para os municípios.

359 O Presidente da Câmara disse que não existia nenhuma competência do Estado no domínio de  
360 transporte de passageiros do ponto de vista fluvial no município.

361 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

362 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS e 1 voto a**  
363 **favor do BE.**

364 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
365 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

366

367 *03 - Análise e votação da proposta referente à transferência de competências para as autarquias*  
368 *locais – Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não*  
369 *afetas à atividade portuária; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 13/06/2019)*

370 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

371 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS e 1 voto a**  
372 **favor do BE.**

373 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
374 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

375

376 *04 - Análise e votação da proposta referente à 1ª revisão ao Orçamento de 2019 e restantes*  
377 *documentos previsionais; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 13/06/2019)*

378 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

379 Intervenções:

380 O Deputado Serafim Inocêncio disse que, ao analisar a proposta em discussão, constatava que  
381 existia uma incorporação e uma transferência verbas entre diferentes classes económicas,  
382 existindo situações dúbias para quem analisava o documento, como, por exemplo, a transferência  
383 de cinquenta mil euros para outra autarquia e uma transferência de verba para o Centro de Saúde  
384 de Palma (ficava sem perceber se era realmente um centro de saúde ou um posto médico). Referiu  
385 ainda os investimentos na área da educação e frisou que não estavam descritos quais, além de  
386 referir ainda a execução de vários projetos que também não estavam especificados. Concluiu  
387 dizendo que a transparência era muito importante na área da orçamentação e que o proposto no  
388 orçamento apresentado era de vinte oito milhões de euros e, agora, estava-se a acrescentar mais  
389 três milhões e oitocentos mil euros.

390 O Deputado António Grilo disse que o orçamento aprovado tinha sido de vinte e oito milhões e  
391 quinhentos mil euros, não exequíveis e agora era reforçado em mais três milhões de euros;  
392 questionou então qual a necessidade de se ter um orçamento irreal. Acrescentou ainda que quando  
393 se fazia uma revisão era importante ficar-se com os valores reais do orçamento, sendo que o  
394 apresentado era somente o valor dos reforços e não se tinha a noção do valor total. Terminou  
395 salientando os valores do reforço para o trabalho suplementar, o valor da dotação para publicidade,  
396 vários valores que apareciam na rubrica e outros e questionou sobre o valor da verba alocada este  
397 ano para a estrada entre o Batão e a estrada que vai para o Torrão.

398 O Presidente da Câmara disse que não tinha pedido a nenhum técnico para estar presente na  
399 sessão e que existia uma série de classificações orgânicas que não poderia responder, mas que,  
400 relativamente à origem dos três milhões de euros, tratava-se da incorporação de saldo em 2018  
401 que obedecia a classificações orgânicas. Mencionou os cinquenta e um mil euros para outra  
402 autarquia e elucidou tratar-se de uma transferência para a Junta de Freguesia de São Martinho,  
403 para viabilizar a Extensão de Saúde de Casebres. Referiu que cerca de cento e cinquenta mil euros  
404 tinha a ver com novos projetos de concessão, de arquitetura, de engenharia e de especialidades,  
405 no sentido de continuar a qualificar o concelho; relativamente ao Posto de Saúde de Palma, era a  
406 aquisição de uma estrutura. O Presidente da Câmara pediu desculpa por não responder a todas as  
407 matérias, mas não tinha a classificação, que eram do domínio técnico, e não tinha todas de  
408 memória.

409 O Deputado António Grilo aludiu aos cinquenta e um mil euros que iriam ser disponibilizados à  
410 Junta de Freguesia de São Martinho, dizendo que essa verba era da responsabilidade do Ministério  
411 da Saúde, mas concordava que deveria pensar-se nas pessoas e não politizar. O Deputado referiu  
412 que deveria haver transparência na informação disponibilizada e que estavam a pedir para se

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁ CER DO SAL

---

413 aprovar um orçamento de mais de trinta e um milhões de euros, com dotações em rubricas  
414 chamados de “outros”.

415 O Presidente da Câmara disse que, aquando da aprovação do orçamento municipal para 2019,  
416 tinham sido dadas todas as explicações, uma vez que estavam técnicos do município presentes e  
417 na altura votaram contra; terminou dizendo que o que estava em discussão era para o bem de  
418 Alcácer do Sal e das pessoas.

419 O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Albino Francisquinho disse que fazia  
420 reivindicações para a freguesia que presidia, tinha reivindicado junto da autarquia e também junto  
421 do Ministério da Saúde e iria igualmente estar envolvido neste processo.

422 O Deputado Rui Silva disse que tinham votado contra o orçamento, uma vez que não concordavam  
423 com tudo o que expressava; relativamente à proposta em discussão, referiu que não poderia votar  
424 às cegas.

425 O Deputado José Balona referiu que o valor transferido para a obra do Posto Médico de Casebres  
426 tinha a ver com a recuperação do edifício, que pertencia à Junta de Freguesia de São Martinho.

427 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

428 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1**  
429 **abstenção do BE.**

430 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
431 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

432

433 *05 - Análise e votação da proposta referente à alteração do Regulamento Municipal para a Zona de*  
434 *Indústria Ligeira (ZIL) de Alcácer do Sal e Zona de Atividades Económicas (ZAE) do Torrão e lotes*  
435 *industriais de iniciativa municipal; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 23/05/2019)*

436 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

437 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

438 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
439 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

440

441 *06 - Análise e votação da proposta referente à 3ª correção material às peças gráficas do PDM de*  
442 *Alcácer do Sal; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 23/05/2019)*

443 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

444 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

445 **Intervenções:**

446 O Deputado Filomeno Braz questionou acerca do edifício deixar de ter valor patrimonial, pois  
447 existindo uma alteração ao PDM de Alcácer do Sal precisamente sobre este tema, acabava por não

448 ser um lapso, mas sim uma decisão política. Terminou dizendo que não era uma correção de uma  
449 planta e que não poderia ser usado desta forma, uma vez que existia um procedimento próprio.

450 O Deputado António Grilo disse que efetivamente não estavam a falar de um lapso, mas sim de  
451 uma correção e que, à data da aprovação do PDM de Alcácer do Sal, o edifício em causa era um  
452 edifício de interesse municipal e para estes edifícios existiam uma série de regras, que fazem com  
453 que quem regule tenha em atenção as mesmas; contudo, por incompetência de alguém que  
454 aprovou e não respeitou as regras, era isso que estava em causa, pois neste momento existia um  
455 grande investimento para o território, que poderia estar ferido de ilegalidade.

456 O Deputado Rui Silva disse que o edifício tinha sido comprado e questionou se o mesmo mantinha  
457 a classificação de interesse municipal.

458 A Deputada Mariana Caixeirinho afirmou que tinham visto alienar um edifício de interesse municipal  
459 e que tinham sido construídos investimentos ao seu redor, o que não deveria ter sido feito naquele  
460 local. Concluiu dizendo que era uma decisão política e que não poderiam fazer nada, a não ser  
461 votar contra.

462 O Deputado Ricardo Campos disse que deveriam ser claros, pois a Deputada Marina Caixeirinho,  
463 em 2008, tinha aprovado um projeto para a demolição do edifício em discussão, para se  
464 construírem apartamentos. Referiu que a CDU, em mandatos anteriores, tinha tido a intenção de  
465 comprar o edifício, mas não concretizou a compra, porque os proprietários foram sempre contra a  
466 sua venda; somente muitos anos depois foi vendido a um fundo. O Deputado disse que o edifício  
467 não era património municipal, mas sim de interesse municipal, encontrava-se abandonado há  
468 bastantes anos e necessitava de ser recuperado.

469 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que tinha sido incongruente, mas que a CDU também o  
470 estava a ser, pois na altura tinham colocado a questão do interesse público e não se lembrava de  
471 ter votado a favor, uma vez que tinha sido sempre uma das defensoras do edifício.

472 O Deputado Serafim Inocêncio disse que toda a gente conhecia o espaço como sendo um espaço  
473 lúdico e cultural, mas, de facto, era considerado um edifício de interesse patrimonial e questionou  
474 se existia algum interesse pela aquisição do edifício em discussão. Concluiu dizendo que não  
475 importava o que tinha sido discutido no passado - o que interessava era o presente.

476 O Deputado António Grilo questionou se aquando da aprovação do investimento que estava a ser  
477 feito ao lado do edifício em discussão, o mesmo tinha interesse municipal.

478 O Presidente da Câmara disse que se deveria desfazer uma série de equívocos que estavam a ser  
479 discutidos aquando das intervenções dos Deputados. Saliou que se estava a confundir a  
480 listagem que estava no PDM (ou seja edifícios de interesse patrimonial) com interesse público,  
481 figura que não estava em causa, pois o edifício não estava classificado como sendo de interesse

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

482 público, nem de interesse municipal e também não estava com qualquer projeto de licenciamento.  
483 Referiu que em 2009 tinha sido aprovado pela Câmara Municipal um prédio de apartamentos no  
484 local do edifício em discussão. Neste momento existiam pessoas interessadas no imóvel, mas  
485 haviam limitações em sede de licenciamento.

486 O Deputado António Grilo disse que era completamente contra o projeto que tinha sido aprovado  
487 em 2009, uma vez que pensava pela sua cabeça, e voltou a questionar se há data do  
488 licenciamento da construção do investimento, o Cineteatro de Alcácer do Sal estava classificado  
489 como edifício de interesse municipal.

490 O Presidente da Câmara disse que uma situação não tinha nada a ver com a outra.

491 O Deputado António Grilo disse que era importante os Deputados perceberem se, por uma questão  
492 de incompetência de alguém do Executivo, essa incompetência poderia criar problemas a quem  
493 estava a fazer o investimento ao lado do imóvel que estava a ser discutido,

494 O Deputado Ricardo Campos disse que um projeto de um hotel não se fazia em dois ou três  
495 meses. O projeto tinha sido aprovado antes de 2017, ou seja, com o antigo PDM, que não tinha  
496 lista de classificação dos edifícios.

497 O Deputado Filomeno Braz questionou acerca de quem era o responsável da fundamentação da  
498 lista de imóveis de interesse patrimonial, uma vez que ninguém tinha assinado a listagem.

499 O Deputado Rui Silva referiu que o facto de existir um lapso poderá futuramente vir a criar  
500 problemas e questionou que tipo de problemas poderão eventualmente existir.

501 A Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Deolinda Florêncio questionou se era preferível  
502 ter um edifício devoluto, a cair, ou a retirar-lhe o interesse municipal e o edifício ser recuperado.

503 O Deputado Jacinto Vinagre disse que não achava que o imóvel fosse assim tão monumental, a  
504 ponto de o preservar. O edifício não estava classificado com o anterior PDM, já que, em 2009, tinha  
505 sido aprovado um prédio de andares naquele sítio.

506 A 1ª Secretária da Mesa, Fátima Leite questionou se era preferível ver-se edifícios em ruínas ou se  
507 era preferível haver progresso. Acrescentou ainda que a muralha do rio tinha sido derrubada e,  
508 neste momento, já estavam todos habituados, sendo que esse também era um ícone da cidade.  
509 Terminou dizendo que da parte da Bancada do PS a questão não era não quererem progresso,  
510 mas simplesmente o não estar de acordo só porque sim.

511 O Presidente da Câmara disse que quanto ao hotel que estava a ser construído, tinha sido um  
512 processo de licenciamento. O seu percurso tinha sido extramente complexo, pois tinha envolvido  
513 um conjunto numeroso de entidades, em que a Câmara tinha dado um fortíssimo apoio no sentido  
514 de haver licenciamento para o projeto de um hotel de quatro estrelas em Alcácer do Sal. O imóvel  
515 que estava em discussão tinha sido classificado pela primeira vez em 2017 com interesse

516 patrimonial. Segundo o parecer da CCDRA, uma vez que se tinha colocado o imóvel na listagem, a  
517 solução era corrigir as peças gráficas e era o que se estava a fazer.

518 O Presidente disse que o imóvel tinha tido uma aprovação em 2008 e outra em 2009, numa  
519 tentativa de se encontrar uma solução para o mesmo. O edil terminou dizendo que a listagem de  
520 imóveis de interesse patrimonial estava assinada pelo Chefe de Divisão da DPGU.

521 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

522 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS e 1 voto**  
523 **contra do BE.**

524 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
525 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

526 O Deputado do BE, Filomeno Braz leu uma Declaração de Voto.

527

528 *07 - Análise e votação da proposta referente à minuta do contrato interadministrativo de delegação*  
529 *de competências do Município de Alcácer do Sal na Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral*  
530 *atribuídas à Câmara Municipal de Alcácer do Sal, pela Lei nº52/2015 de 9 de junho, relativas ao*  
531 *regime jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros; (documento aprovado na reunião de*  
532 *Câmara realizada no dia 23/05/2019)*

533 **Intervenções:**

534 O Deputado António Grilo disse que era importante perceber se com esta delegação de  
535 competências era expectável vir a ter um melhor serviço de transportes públicos e se também iria  
536 conter alguma componente de mobilidade, como a definição de carreiras e de linhas.  
537 Relativamente à minuta da proposta apresentada, questionou se no futuro estava previsto que a  
538 CIMAL procedesse à cobrança de taxas de estacionamento no município; referiu ainda a cláusula  
539 que mencionava o investimento em redes, equipamentos e infraestruturas e o que se poderia  
540 esperar da mesma. O Deputado concluiu dizendo que, trabalhando em escala, poder-se-ia ter  
541 resultados mais interessantes, mas era importante existir informação mais detalhada.

542 O Presidente da Câmara disse que tinha existido um reforço de verbas no orçamento para 2019,  
543 efetuado pela atual maioria que suporta o Governo na Assembleia da República, no programa de  
544 apoio à redução de tarifária. Existia uma componente maioritária relativamente à redução de  
545 passes, ou seja, o valor não poderia ser inferior a 60% da verba que for atribuída e, assim, o que  
546 estava a ser proposto era uma minuta de um contrato de delegação de competências, de médio e  
547 longo prazo. Numa primeira fase, a redução tarifária atingirá o interior do Litoral Alentejano, desde  
548 logo o interior do concelho de Alcácer do Sal, com alunos do ensino secundário de vários pontos a  
549 serem abrangidos pela redução tarifária, sendo que outros passageiros com passes também serão  
550 abrangidos pela redução tarifária; na fase seguinte serão os passes em linha. A negociação com o



551 operador (a Rodoviária do Alentejo) ainda não estava concluída, sendo que ainda estava a ser  
552 negociado o próprio valor da tarifa.

553 Relativamente às taxas, o Presidente disse que não se vislumbrava que a CIMAL viesse a cobrar  
554 taxas aos municípios associados, pois a linha condutora da CIMAL era, se viessem a existir taxas,  
555 as mesmas competiam aos municípios e não taxas adicionais; em relação às infraestruturas, ainda  
556 nada estava definido.

557

558 A Presidente da Assembleia informou que era meia-noite e, assim, colocou em aprovação a  
559 continuidade da sessão.

560 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

561

562 O Deputado António Grilo questionou se tinha existido algum constrangimento relativamente ao  
563 facto de sermos uma das últimas comunidades intermunicipais do país a negociar esta questão.

564 O Presidente da Câmara respondeu que não era das últimas e que até estava no grupo da frente.

565 O Deputado Rui Silva disse que esta medida do Governo PS vinha devolver rendimentos às  
566 famílias, sendo que se tinha iniciado na Área Metropolitana de Lisboa e era com bastante agrado  
567 que viam esta medida. Concluiu dizendo que era importante que a CIMAL conseguisse agilizar o  
568 processo antes do ano letivo se iniciar e era igualmente importante o reforço da rede rodoviária e  
569 ferroviária para melhorar a oferta de transportes públicos.

570 A 1ª Secretária da Mesa, Fátima Leite questionou o Deputado Rui Silva se a medida que estava a  
571 ser discutida tinha sido só do Governo PS ou também dos outros partidos com acento parlamentar.  
572 Referiu ainda que o Governo tinha implementado a medida, mas tinha-se esquecido que não  
573 existiam transportes rodoviários e ferroviários suficientes, ou seja, tinha-se esquecido que não tinha  
574 como transportar as pessoas.

575 O Deputado Rui Silva referiu que era importante a medida, apesar de existirem constrangimentos,  
576 e o Governo em funções, assim como o que viria a seguir, teria isso em consideração. Concluiu  
577 dizendo que era muito importante a poupança que as famílias tinham, pois tinha sido uma  
578 devolução de rendimentos.

579 O Presidente da Câmara disse que estavam a deliberar na Assembleia Municipal a adesão ao  
580 programa.

581 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

582 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

583 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
584 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

585

586 *08 - Análise e votação da proposta referente à aprovação do Regulamento Municipal do comércio a*  
587 *retalho não sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes no concelho de Alcácer do*  
588 *Sal; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 13/06/2019)*

589 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

590 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

591 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
592 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

593

594 *09 - Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal para*  
595 *provimento no cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe da Divisão de Ambiente e Serviços*  
596 *Urbanos; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 24/04/2019)*

597

598 **Intervenções:**

599 O Presidente da Câmara disse que as propostas estavam relacionadas com a abertura de dois  
600 procedimentos concursais para chefias intermédias e despesas de representação.

601 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

602 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1**  
603 **abstenção do BE.**

604 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
605 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

606

607 *10 - Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal para*  
608 *provimento no cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão*  
609 *Urbanística; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 24/04/2019)*

610 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

611 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1**  
612 **abstenção do BE.**

613 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
614 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

615

616 *11 - Análise e votação da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente –*  
617 *Chefe da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no*  
618 *dia 24/04/2019)*

619 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

620

621 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1**  
622 **abstenção do BE.**

623 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
624 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

625

626 *12 - Análise e votação da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente -*  
627 *Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística; (documento aprovado na reunião de Câmara*  
628 *realizada no dia 24/04/2019)*

629 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

630 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1**  
631 **abstenção do BE.**

632 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
633 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

634

635 *13 - Análise e votação da proposta referente à 2ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de*  
636 *2019; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 13/06/2019)*

637 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

638 **Intervenções:**

639 O Presidente da Câmara referiu que a alteração devia-se à abertura de um procedimento concursal  
640 para um especialista em informática, sendo que no quadro de pessoal não existia nenhum  
641 licenciado em engenharia informática. Uma outra necessidade era um arquiteto, uma vez que se  
642 avizinhavam várias aposentações e, assim, estava-se a acautelar o futuro. Mencionou ainda a  
643 abertura de dois procedimentos concursais para dois técnicos superiores, contratados pelo  
644 município pelo período de três anos, para integrarem o Programa de Desenvolvimento Local de 4ª  
645 Geração, que será integralmente pago pelo financiamento aprovado.

646 O Deputado António Grilo referiu que se passava a ter um quadro de pessoal na ordem dos 496  
647 funcionários, o que era obra. Assim, a tomada de posição da bancada do PS era a mesma que  
648 tinham tido aquando da última alteração ao mapa de pessoal.

649 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

650 **Deliberação: Aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1**  
651 **abstenção do BE.**

652 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
653 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

654

655 *14 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de atividades.*

656 **Tomado Conhecimento.**

657 A Informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
658 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

659

660 **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---

661

662 A munícipe Idalina Silvestre referiu os passes sociais e disse que, apesar de o Presidente da  
663 Câmara ter falado sobre essa questão, não tinha ficado esclarecida, pois não compreendia o  
664 porquê de existir uma segunda fase relativamente aos passes em linha, que tinha a ver com as  
665 deslocações para Setúbal e Lisboa. Mencionou que se deslocava diariamente para Setúbal por  
666 motivos profissionais e que, sendo uma única operadora (neste caso a Rodoviária do Alentejo) a  
667 fazer toda a região do Alentejo até Lisboa, não compreendia o motivo de ainda não existir uma  
668 solução para estas situações.

669 A munícipe Ana Penas questionou os deputados da Assembleia Municipal se não se sentiam mal  
670 ao assinar a morte do Cineteatro, pois foi isso que ficou decidido, sendo que, a partir de agora,  
671 podia ser feita qualquer coisa com o imóvel. Tinha sido referido aquando da discussão que o imóvel  
672 não era património de interesse municipal, mas existe legislação em vigor no sentido de proteger  
673 estes edifícios construídos nos anos cinquenta em quase todo o território, pelo que questionou o  
674 porquê de se dizer que o imóvel não era património de interesse municipal - era de interesse dos  
675 municípios de Alcácer do Sal, era património histórico. Acrescentou que as comunidades eram  
676 feitas de memórias e sem elas não existia comunidade.

677 O munícipe Hortênsio de Sousa mencionou que na entrada norte da cidade as placas de indicação  
678 de localidade estavam completamente tapadas pelas árvores e que a estrada do Barrancão estava  
679 a necessitar de ser reparada com urgência.

680 O Presidente da Câmara referiu que as placas de pré-sinalização na entrada norte da cidade  
681 estavam praticamente invisíveis e já tinha sido contactada as Infraestruturas de Portugal no sentido  
682 de essa situação ser corrigida. Relativamente à reparação da estrada do Barrancão, era uma  
683 situação que estava identificada e, a curto prazo, a mesma iria ser reparada.

684 O Presidente da Câmara mencionou que, relativamente aos passes sociais, a primeira fase ainda  
685 não estava concretizada, pois tal só aconteceria depois de as Assembleias Municipais do Litoral  
686 Alentejano deliberarem, sendo que era obrigatório as cinco deliberarem em conjunto a delegação  
687 de competências. Relativamente à segunda fase, será indispensável existir acordo entre a CIMAL e  
688 a Área Metropolitana de Lisboa, sendo que esta tinha considerado que tinham de ser os municípios  
689 a pagar, pois não iriam custear os outros territórios e tinham dado prioridade aos passes em linha

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

690 para a grande Lisboa. Terminou dizendo que estavam a tentar acelerar a negociação com a Área  
691 Metropolitana de Lisboa e, talvez em outubro/ novembro já fosse uma realidade.

692

### 693 APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES \_\_\_\_\_

694 A Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a aprovação da minuta da ata,  
695 tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, produzindo efeitos imediatos.

696 A referida minuta fará parte integrante da presente ata.

697

698

### 699 ENCERRAMENTO DA SESSÃO \_\_\_\_\_

700 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas zero  
701 horas e trinta sete minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezanove. Eu, Dina do Carmo  
702 Prego Semião Sardo, assistente técnica, redigi a presente ata, que assino com a Presidente da  
703 Mesa da Assembleia Municipal.

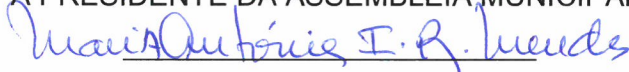
704

705

706

707

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,



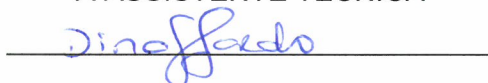
708

709

710

A ASSISTENTE TÉCNICA

711



712



## Recomendação sobre a resposta às alterações climáticas

Um recente trabalho elaborado pelo IPMA veio tornar público que a temperatura média em cidades como Lisboa, Bragança, Coimbra, Santarém ou Beja está a subir, desde 1950, ao ritmo de 0,2 graus Celsius por década. Também em cada período de dez anos, a precipitação está a diminuir ao ritmo de 40 milímetros e as secas estão a tornar-se mais frequentes.

As entidades locais, como as autarquias, têm um papel decisivo na resposta às alterações climáticas, tendo em conta que as áreas onde vive hoje grande parte da população são as principais emissoras de gases de efeito de estufa, devido principalmente à utilização da energia nos transportes, nas actividades económicas e outros usos urbanos.

As recentes mobilizações estudantis, que se saúdam, vieram dar uma maior projecção à urgente tomada de medidas pelas entidades públicas para responder às alterações climáticas.

Para além da elaboração de cartas de zonamento climático local em cada município e da criação duma rede de monitorização climática à escala municipal, a instalação de painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar e a criação de redes de participação cidadã a partir de certas áreas do território, é também imprescindível a elaboração duma “Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)”.

Torna-se também imprescindível difundir um maior conhecimento sobre a situação de emergência climática, até para combater as ideias anticientíficas difundidas por dirigentes mundiais como o actual presidente dos EUA.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária em 28 de Junho de 2019, recomenda ao executivo municipal que:

**1 – decida elaborar uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas – EMAAC;**

**2 - sejam amplamente divulgados pelas escolas e espaços públicos, materiais didácticos e publicações como a “Reportagem Especial” (disponível em <http://ce3c.ciencias.ulisboa.pt/file/ReportagemEspecial.pdf>) para ajudar à compreensão da necessidade de estratégias de adaptação às alterações climáticas**

Alcácer do Sal, 28JUN2019

O representante do BE







## **Lista dos 26 Municípios que já elaboraram Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)**

Fonte: projeto ClimAdaPT.Local

Amarante  
Barreiro  
Braga  
Bragança  
Cascais  
Castelo Branco  
Castelo de Vide  
Coruche  
Évora  
Ferreira do Alentejo  
Figueira da Foz  
Funchal  
Guimarães  
Ílhavo  
Leiria  
Lisboa  
Loulé  
Montalegre  
Odemira  
Porto  
Seia  
Sintra  
Tomar  
Tondela  
Torres Vedras







A

## MOÇÃO

### **Substituição da cobertura de amianto do edifício sede do Agrupamento de Escolas do Torrão**

Tem sido bastante incómodo, para todos, a presença do amianto na Escola Básica Bernardim Ribeiro, na vila de Torrão, uma escola provisória que acabou por se tornar definitiva até à data de hoje. Ao longo dos seus 39 anos de existência, toda a comunidade escolar foi exposta aos perigos do amianto presente nas placas de fibrocimento que estão em todas as coberturas dos vários blocos, onde estudam/estudaram crianças do 5º ao 9º ano de escolaridade. Por isso, tendo isso no nosso pensamento, o Grupo Municipal do PS, nesta Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, congratula-se com a notícia de que avançam nas próximas semanas os trabalhos de substituição da cobertura do edifício sede do Agrupamento de Escolas do Torrão. Assim, e tratando-se do culminar de diversas solicitações da Junta de Freguesia do Torrão, junto do Governo, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para que se tomassem as medidas concretas para pôr em segurança toda a comunidade escolar da freguesia, o Ministério da Educação, sensível aos argumentos apresentados, mandou dar início à tão desejada obra nesta localidade.

É por isso com grande regozijo que, o Grupo Municipal do PS, recebeu essa informação que dá conta que a substituição da cobertura da Escola Básica Bernardim Ribeiro decorrerá durante os meses de Verão e estará concluída no início do próximo ano letivo de 2019-2020.

Neste âmbito, uma vez que se trata de um problema ambiental e uma substância tóxica que, quando inalada, pode provocar problemas de saúde graves, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a requalificação da cobertura do Mercado Municipal do

ag



Torrão, que continua a ter amianto, sem prejuízo de outras ações na localidade, reproduzindo assim, com esta intervenção, os anseios da população da Vila do Torrão tornando o espaço mais agradável e confortável para todos os Torranenses.

**Alcácer do Sal, 28 de junho de 2019**

**O Grupo Municipal do PS**

A enviar: Ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Associação de Municípios do Litoral Alentejano, à Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, à comunicação social.

## Declaração de voto

### (Ponto 06 da ordem de trabalhos para a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal de 28 de Junho de 2019)

O representante do Bloco de Esquerda nesta Assembleia Municipal, vota contra a proposta de terceira correção de erros materiais às peças gráficas do PDM de Alcácer do Sal, pelos seguintes motivos:

1. O Cine Teatro de Alcácer do Sal é um edifício de valor arquitetónico, patrimonial, cultural, que não se deverá desprezar, estando incluído na listagem municipal de imóveis de interesse patrimonial, o que não aconteceu por mero acaso. Muitos alcacerenses guardam na memória momentos agradáveis de lazer que ali passaram. A memória não deve ser apagada. Um povo sem memória é um povo sem futuro.
2. O recurso ao artº 122º do RJIGT, (correções materiais) não tem qualquer aplicação ao caso em apreço, pois apenas se aplica a acertos cartográficos, incorreções de cadastro, etc,. A retirada de um imóvel importante da história da cidade será sempre uma questão de política urbanística e não um lapso, como foi apelidado na fundamentação.
3. Inverosímil é o facto de, existindo já em curso um processo de alteração do PDM de Alcácer do Sal, visando precisamente a retirada deste edifício da listagem, não se aguarde pela conclusão deste processo, o qual inclui a fase de consulta pública.
4. O relatório de fundamentação da 3ª correção material do PDM de Alcácer do Sal, sem autoria, nem responsável pela sua elaboração, apenas indica como causas para a retirada da listagem, "a sua avançada degradação, e o facto de estar devoluto há vários anos". Ou seja o valor arquitetónico, patrimonial e de produção de memória colectiva, foram completamente ignorados.
5. Com a aprovação desta dita correção material, corre-se o risco de uma deliberação nula porque não foi utilizado o meio processual próprio, que aliás o Município bem sabe e tem a decorrer, que é a alteração do PDM.
6. Desta deliberação deverá ser dado conhecimento à CCDR do Alentejo

Alcácer do Sal, 28JUN2019

O representante do BE



